

AGRICULTURA URBANA E AGRICULTURA EM PERÍMETROS URBANOS NOS MUNICÍPIOS DE NATAL/RN E PARNAMIRIM/RN: UMA DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA

URBAN AGRICULTURE AND AGRICULTURE IN URBAN PERIMETERS IN THE MUNICIPALITIES OF NATAL/RN AND PARNAMIRIM/RN: A NECESSARY DIFFERENTIATION

AGRICULTURA URBANA Y AGRICULTURA EN PERÍMETROS URBANOS EN LOS MUNICIPIOS DE NATAL/RN Y PARNAMIRIM/RN: UNA DISTINCIÓN NECESARIA

Elizabete Rodrigues Gurgel dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: elizabete.gurgel@gmail.com

RESUMO

É crescente o número de produções científicas acerca da temática da agricultura urbana. Isso por que tem aumentado as discussões sobre a importância dessa atividade dentro do contexto de uma sociedade urbano-industrial, já que essa modalidade da agricultura poderia representar uma alternativa para a segurança alimentar e uma maior preocupação no que se refere à minimização da geração de impactos ambientais. Contudo, percebe-se a necessidade de um maior debate acerca do conceito de agricultura urbana, já que é muito comum, no âmbito dos trabalhos científicos, considerar a agricultura urbana como qualquer prática agrícola desenvolvida dentro do perímetro urbano, utilizando a localização como único critério de análise. Com base nisso, o objetivo desse artigo consiste em discutir o conceito de agricultura urbana a partir da ideia de urbanização do território, com base no estudo de caso dos municípios de Natal e Parnamirim no Rio Grande do Norte. Para isso, será proposta uma caracterização da agricultura que diferencie a agricultura urbana da agricultura com características de ruralidade.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura urbana; urbano; ruralidade; Natal-RN e Parnamirim-RN.

ABSTRACT

The number of scientific productions on the subject of urban agriculture is increasing. This is because there has been an increase in the discussions about the importance of this activity within the context of an urban-industrial society, since this modality of agriculture could represent an alternative to food security and a greater concern with regard to minimizing the generation of environmental impacts. However, if we perceive the need for a greater debate about what would become urban agriculture, since it is very common in the scientific work to consider urban agriculture as any agricultural practice developed within the urban perimeter, using location as the only criterion of analysis. Based on this, the objective of this article is to discuss the concept of urban agriculture based on the idea of urbanization of the territory, based on the case study of municipalities of Rio Grande do Norte. For this, a characterization of agriculture that differentiates the characteristics of urban agriculture from agriculture with characteristics of rurality will be proposed.

KEYWORDS: urban agriculture; urban; rurality; Natal-RN and Parnamirim-RN.

RESUMEN

Existe un número creciente de producciones científicas sobre el tema de la agricultura urbana. Es por ello que se han incrementado las discusiones sobre la importancia de esta actividad en el contexto de una sociedad urbano-industrial, ya que esta modalidad de agricultura podría representar una alternativa a la seguridad alimentaria y una mayor preocupación en cuanto a minimizar la generación de impactos ambientales. Sin embargo, se percibe la necesidad de un mayor debate sobre lo que sería la agricultura urbana, ya que es muy común, dentro del ámbito de los trabajos científicos, considerar la agricultura urbana como cualquier práctica agrícola desarrollada dentro del perímetro urbano,

utilizando la ubicación como único análisis. criterio. En base a esto, el objetivo de este artículo es discutir el concepto de agricultura urbana a partir de la idea de urbanización del territorio, a partir del estudio de caso de los municipios de Rio Grande do Norte. Para ello, se propondrá una caracterización de la agricultura que diferencia las características de la agricultura urbana de la agricultura con características rurales.

PALABRAS-CLAVE: agricultura urbana; urbano; ruralidad; Natal-RN y Parnamirim-RN.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas têm se multiplicado consideravelmente os estudos sobre agricultura urbana na ciência geográfica e também na ecologia, a nível nacional e até mesmo mundial. Mas, poucos trabalhos abordam a discussão do ponto de vista conceitual, e quando o fazem, simplificam ao ponto de considerar apenas a localização como critério definidor da mesma, ou seja, se a agricultura é desenvolvida dentro do perímetro urbano é denominada de agricultura urbana. Contudo, um fato importante a se considerar é que para que seja coerente adjetivar uma determinada prática agrícola de urbana é necessário justificar a diferenciação em relação a agricultura rural, caso contrário, não há sentido em tal adjetivação.

Sendo assim, acredita-se que nem toda agricultura desenvolvida dentro dos perímetros urbanos é urbana de fato. Para que ela receba essa adjetivação é necessário que apresente especificidades do conteúdo urbano que a diferencie de fato da agricultura com características de ruralidade. Até porque, quem define o perímetro urbano dos municípios no Brasil é o poder municipal, por meio das leis de definição de perímetro urbano ou dos planos diretores, para aqueles municípios que o possuem.

A problemática, de tal forma de definição, resulta do fato de não existir um critério estabelecido nacionalmente para definição do perímetro urbano, e quando tal responsabilidade é transferida para os municípios, passa a ficar a cargo dos gestores a definição desses critérios. Logo, é comum existirem no Brasil áreas que são inseridas dentro do perímetro urbano sem de fato apresentarem uma densidade do conteúdo urbano. Áreas que eram eminentemente rurais, com práticas agrícolas com características de ruralidade, e que do dia para noite passam a ser consideradas urbanas.

Nessa perspectiva, o objetivo desse artigo consiste em discutir o conceito de agricultura urbana a partir da ideia de urbanização do território, à luz dos exemplos dos municípios de Parnamirim/RN e Natal/RN. Para isso, foi desenvolvida uma proposta de caracterização da

agricultura que diferencie as características da agricultura urbana e da agricultura com características de ruralidade.

Os procedimentos metodológicos adotados partiram de seis visitas *in loco* realizadas entre os anos de 2019 e 2020 em propriedades onde são desenvolvidas a prática agrícola nos municípios de Natal e Parnamirim. Nessas visitas foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com agricultores, agentes do poder público e com integrantes do sindicato dos trabalhadores rurais de Parnamirim, além da realização de registros fotográficos. Também foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental.

Nesse artigo, partir-se-á da premissa de que o urbano e o rural são conteúdos e o campo e a cidade são formas-conteúdos resultantes da rarefação ou densidade do conteúdo urbano, respectivamente (LOCATEL, 2013). E, também do pressuposto de que no Rio Grande do Norte, há muitas áreas dentro do perímetro urbano que não são predominantemente urbanas, havendo nessas áreas uma rarefação de funções urbanas e, conseqüentemente, da materialidade desse conteúdo. A escolha dos municípios de Natal e Parnamirim para análise empírica se justifica pelo fato de esses municípios terem sido considerados 100% urbanos pelos Planos Diretores Municipais.

2. DEFINIÇÕES USUAIS ACERCA DA AGRICULTURA URBANA

Sem sobra de dúvidas uma das mais importantes descobertas da humanidade foi a prática agrícola, já que ela possibilitou a substituição do nomadismo pela sedentarização do homem e, por conseguinte, a formação dos aglomerados urbanos. Apesar de desde o princípio essa atividade estar vinculada ao campo, pois na idade antiga a cidade era basicamente o *lócus* da regulamentação e o centro do comércio, ela também pode ser praticada nas cidades. Isso porque a agricultura não necessariamente é um indicador de ruralidade (LOCATEL, 2004), há uma modalidade de agricultura denominada de agricultura urbana que é praticada na cidade, mas não possui características do conteúdo rural.

Na geografia brasileira, tem aumentado consideravelmente o número de estudos sobre essa temática, contudo:

Muitas das definições mais usuais do que vem a ser agricultura urbana desprezam uma característica crítica que a faz ser realmente urbana. A agricultura urbana é diferente da agricultura rural (e complementar a ela) justamente porque ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. A não ser que essa dimensão

seja melhor compreendida e tornada operacional, o conceito continuará sendo pouco útil nos “fronts” científico, tecnológico e político. (MOUGEAUT, 2000, p. 77)

Logo, do ponto de vista ontológico, a diferenciação é fundamental para legitimação do conceito. Ainda segundo Mougeaut (2000), as definições mais usuais sobre agricultura urbana estão pautadas em seis critérios principais, sendo comum em alguns estudos a utilização de um critério único, e em outros a utilização de dois ou três. As definições usuais são: tipos de atividade econômica, localização intraurbana ou periurbana, tipos de áreas onde ela é praticada, sua escala e sistema de produção, as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios), e, a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização.

Segundo documento publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (MACHADO, 2002), as expressões agricultura urbana ou intraurbana e periurbana já são adotadas pelas agências das Nações Unidas desde a década de 1990 e o principal aspecto considerado por essas agências é a localização (se dentro do perímetro urbano ou nas áreas periurbanas) e o tamanho da área (pequenos terrenos).

Outro aspecto que alguns autores consideram e que também está presente no documento da EMBRAPA é a relação entre agricultura urbana e desenvolvimento sustentável e entre agricultura urbana e segurança alimentar. Esta primeira relação estaria ligada a existência de certa preocupação ambiental, já que essa prática urbana resultaria em uma melhoria da qualidade da água e na redução do lixo gerado, pois com a proximidade do centro consumidor seria reduzida a necessidade de embalagens de armazenamento e o lixo orgânico poderia ser utilizado para compostagem. Já a segunda, estaria relacionada a possibilidade de uma maior variedade e melhoria da qualidade dos produtos, já que os mesmos não estariam mais submetidos a longos períodos de armazenagem e haveria uma ligação mais próxima entre produtor e consumidor.

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios. A área periurbana é mais complexa quanto à definição de sua localização. Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km, dependendo do desenvolvimento da infra-estrutura de estradas e dos custos de transporte. A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar o

trabalho rural com o não-rural, o que, em determinado momento pode ser uma vantagem. Muitas áreas que há pouco tempo eram consideradas rurais, hoje são áreas de agricultura periurbana. (MACHADO, 2002, p. 11-12)

Essa distinção entre agricultura urbana e periurbana também é comum em outros trabalhos, sobretudo quando a principal variável utilizada é a localização, já que a agricultura urbana estaria no perímetro urbano, na área densamente construída, enquanto a periurbana estaria nas margens da cidade, em uma zona de transição entre o espaço rural e o espaço urbano, e por isso, mesclaria características do urbano e do rural.

Há ainda alguns estudos que discutem a gestão da agricultura urbana. Esses estudos, em sua maioria, tratam da função social da agricultura urbana no sentido de representar uma alternativa para a diminuição da fome e da pobreza nas cidades, uma vez que os países do hemisfério Sul, principalmente, são marcados por um forte inchaço urbano e por uma crescente favelização, intensificando cada vez mais os problemas sociais urbanos. Silva (2014) discute que o sucesso de projetos de incentivo a agricultura urbana depende de fatores como: acesso à terra, espaços assegurados para a comercialização, manejo sustentável dos resíduos sólidos e líquidos reciclados como adubos, que interligados possibilitem a integração da atividade agrícola com o ambiente urbano.

Diante dessas considerações, definimos a agricultura urbana como sendo a atividade de natureza agrícola que ocorre em locais com densidade do conteúdo urbano e que, por isso, apresenta características específicas que justifiquem a rentabilidade dessa atividade em uma área onde geralmente o preço cobrado pela terra é maior. E, sendo assim, nem toda atividade agrícola praticada dentro do perímetro considerado normativamente como urbano pode ser considerada agricultura urbana, mas sim, pode se constituir enquanto marcas de ruralidades no território.

3.3 UMA PROPOSTA DE CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA

Tendo em vista a necessidade de caracterização da agricultura urbana, serão elencadas algumas especificidades que essa modalidade agrícola possui e que por isso a diferenciam. As especificidades da agricultura urbana ocorrem principalmente porque essa prática utiliza a terra como principal fator de produção, e é na cidade onde o preço cobrado pela terra é mais elevado.

Logo, para que seja mais rentável a extração da renda da terra no espaço das cidades em detrimento da renda do solo urbano, são necessárias características específicas.

A renda do solo urbano é discutida por Araújo Júnior (2020) que sustenta que:

A monopolização jurídica e a apropriação privada do solo urbano constituem-se como condicionantes iniciais à existência da renda do solo urbano. A manifestação da renda da terra nas cidades torna-se um ponto de inflexão importante para a acumulação de capital, na medida em que determinadas estruturas fundiárias urbanas podem facilitar o sobrelucro ou simplesmente repelir o processo de acumulação, sobretudo em locais em que a renda é alta o suficiente para interferir nas taxas de lucro e nos salários reais, com custos de aluguéis e transportes. A terra no contexto urbano está conectada ao produto “espaço construído”, devido a sua longa vida útil e a sua imobilidade, e ambos são transformados em uma mercadoria única, no momento do consumo. O setor de acumulação de capital, no qual se conecta a terra urbana, revela o processo de geração da renda do solo urbano em que o seu uso está associado. Há uma relação entre os preços do solo com o nível de capital (fixo e móvel) aplicado à terra, à remuneração dos fatores de produção e às atividades desempenhadas nos espaços construídos. Essas atividades são determinadas por variantes estruturais, práticas coletivas, convenções sociais e funcionalidades técnicas.

Assim, observa-se que há uma lógica específica de reprodução do capital na agricultura urbana que torna essa atividade mais rentável do que as outras atividades que são desenvolvidas na cidade, que promovem a extração da renda do solo urbano, e que teoricamente possuiriam um potencial maior de geração de lucro. Por isso é importante analisar quais características essa agricultura urbana possui que a tornam mais rentáveis.

Dentre essas características, pode-se destacar: a) o tamanho da terra destinada a plantação ou criação, que tende a ser menor na agricultura urbana em virtude sobretudo do alto preço da terra; b) os produtos cultivados, pois os produtos da agricultura urbana precisam ter um tempo de maturação menor para justificar uma maior rentabilidade ou possuir um valor agregado mais elevado em virtude de alguma particularidade que aumente seu preço, como os selos de produtos orgânicos, além do que produtos com prazo de perecibilidade menor demandam um menor tempo de transporte e conseqüentemente uma maior proximidade dos centros de consumo; c) a alta produtividade no que se refere à relação entre o tamanho da terra e a quantidade produzida em um determinado período de tempo, o que justificaria uma maior rentabilidade, isso não significa produzir mais em termos absolutos, mas sim produzir mais em relação a área e tempo; d) a técnica

empregada que se diferencia da agricultura rural, já que não se utiliza de grandes máquinas pelo próprio tamanho dos terrenos; e) em alguns casos, uma ideologia de vida em torno do caráter agroecológico com produção orgânica e relação mais próxima homem/terra.

No Quadro 01 são elencados alguns dos aspectos que diferenciam o que consideramos agricultura urbana e agricultura com características de ruralidade desenvolvida em perímetros urbanos.

Quadro 01: Caracterização da agricultura urbana x agricultura com características de ruralidade em perímetros urbanos.

ASPECTO	AGRICULTURA URBANA	AGRICULTURA COM CARACTERÍSTICAS DE RURALIDADE
LOCALIZAÇÃO	Necessariamente dentro do perímetro urbano.	Geralmente fora do perímetro urbano, mas também pode estar dentro do perímetro urbano (normativo).
RELAÇÃO COM A CIDADE	Totalmente integrado ao ambiente da cidade.	Possui relações complementares com a cidade, sobretudo no que se refere a regulação.
TAMANHO DA ÁREA	Pequenas áreas	Pequenas ou grandes áreas
FORMA DE PRODUÇÃO	Intensiva	Extensiva ou intensiva
PRODUTIVIDADE (Relação terra x quantidade produzida)	Geralmente maior	Geralmente menor
MÁQUINAS	Menores	Grandes quando se trata do agronegócio, e pequenas no que se refere à agricultura familiar.
MÃO DE OBRA	Menor número	Maior número
TIPO DE PRODUTO	Principalmente produtos perecíveis como hortaliças e que precisem de áreas menores para o cultivo.	Hortaliças, mas também produtos com tempo de cultivo maior e menos perecíveis.
CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA	Geralmente maior consciência agroecológica, preocupação com a aquisição de selos.	Pode ou não haver uma preocupação agroecológica, a depender de demandas do mercado.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Mougeot (2000) defende que na agricultura urbana, a produção, o processamento e a venda possuem uma tendência a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço, em virtude de estarem com uma maior proximidade geográfica e em função de os fluxos de recursos na cidade acontecerem de forma mais rápida. Assim, ele afirma que as economias propiciadas pela concentração geográfica se sobressaem sobre as economias possibilitadas pela escala de produção, que na cidade não costumam ser grandes, até mesmo em virtude de as áreas destinadas à prática agrícola não serem tão extensas. Nesse sentido, na agricultura urbana, em virtude da existência de alguns mecanismos de comercialização como feiras livres, agroecológicas ou não, proximidade de mercadinhos e maior facilidade de transporte, a presença dos atravessadores é menos marcante, apesar de ainda ser encontrada.

Vale lembrar que a existência do atravessador, para mediar as relações comerciais entre agricultores e estabelecimentos de comercialização, resulta na diminuição significativa do lucro dos agricultores. Em entrevistas realizadas nos municípios de Natal e Parnamirim, constatou-se que o preço que os agricultores vendem os produtos para os atravessadores é cerca de 50% do preço que os mesmos vendem para mercadinhos de bairros e 30% do preço vendido nas feiras agroecológicas.

A agricultura urbana e a agricultura com características de ruralidade são complementares e coexistentes, e ambas podem ser encontradas nos perímetros urbanos de Natal e Parnamirim (SANTOS, 2016). É importante considerar que a agricultura, sendo desenvolvida na zona rural ou urbana, possuindo características mais marcantes de ruralidade do de urbanidade, se relaciona diretamente com a dinâmica da cidade, tanto na fase de comercialização, pois lá se concentram os principais centros de comércio, quanto na fase produtiva propriamente dita, como por exemplo, na compra de insumos, pois como Santos (1993) afirma, a regulação do que se produz no campo se dá na cidade.

4. AGRICULTURA COM CARACTERÍSTICAS DE RURALIDADE EM MUNICÍPIOS 100% URBANOS: UM BREVE ESTUDO DE CASO

O rural e o urbano têm sido entendidos muitas vezes enquanto conteúdos excludentes, porém o que se percebe na prática quando se busca compreender a totalidade do espaço, é que tais conteúdos não são excludentes, mas sim distintos e complementares. Há nos municípios de Natal e Parnamirim (Figura 01) propriedades em que é desenvolvida a agricultura e que possuem

características marcantes do conteúdo rural, desde o modo de vida dos agricultores, que em sua maioria, são pequenos agricultores, até as características das relações de trabalho e comercialização. Como características, podem ser citadas: a utilização do trabalho familiar, a produção para o autoconsumo e venda do excedente, a troca de produtos entre vizinhos, e várias outras especificidades. Esse tipo de agricultura com fortes traços de ruralidades é um dos fatos que fragiliza a defesa de que Natal e Parnamirim são 100% urbanos.

Figura 01: Mapa de localização dos municípios de Parnamirim/RN e Natal/RN

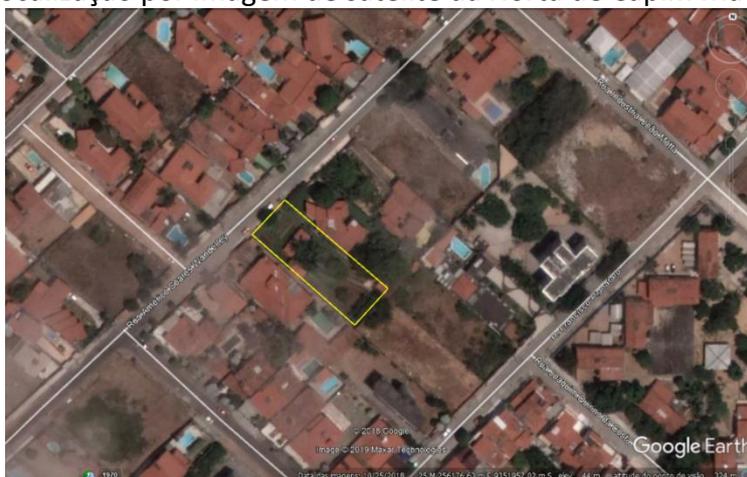


A partir de entrevistas com agricultores desses municípios, notou-se que esses espaços destinados à agricultura, seja ela com conteúdo mais urbano ou rural, são em grande parte utilizados para o plantio de hortaliças, já que as mesmas não demandam grandes áreas e os produtos possuem ciclo vegetativo mais curto (entre 60 e 90 dias), permitindo assim uma maior rentabilidade. Essa atividade econômica é realizada predominantemente por pequenos agricultores, dos quais uma parcela desenvolve a atividade como trabalho principal, enquanto outros praticam a agricultura *part-time*, como forma de complementação de renda.

Os trabalhadores que desenvolvem a agricultura *part-time* são definidos por Kageyama (1998) como aqueles trabalhadores que trabalham na agricultura apenas em uma fração do tempo do trabalho anual, ou seja, podem dedicar-se a atividade agrícola um período do ano, ou nos fins de semanas ou mesmo algumas horas do dia, conciliando essa atividade com um trabalho principal. Além disso, também foi constatado que alguns agricultores arrendam terras que são inutilizadas para o cultivo.

Uma unidade de produção, situada no bairro de Capim Macio, chama a atenção por se localizar em uma área muito valorizada do município de Natal (Figuras 02 e 03). Nessa propriedade encontrou-se plantações de hortaliças cultivadas sem a utilização de agrotóxicos, o que atrai consumidores que residem no próprio bairro e em bairros vizinhos. E, sendo assim, constatou-se que esse *slogan* de orgânico possui fundamental importância na valorização do preço dos produtos, o que justifica a rentabilidade da prática agrícola em uma área de alta valorização fundiária e imobiliária.

Figura 02: Localização por imagem de satélite da Horta de Capim Macio, Natal/RN



Fonte: Google Earth Pro, 2019.

A Figura 02 mostra uma imagem de satélite da localização da propriedade, disponibilizada pelo Google Earth. Observa-se que as casas do entorno possuem alto padrão estrutural, grande parte delas com piscinas e um extenso espaço construído. Esse padrão residencial evidencia que essa propriedade está situada em uma área nobre da cidade de Natal, que possui um elevado preço de metro quadrado e uma infraestrutura considerável que denota um alto grau de urbanização. Portanto, essa propriedade se enquadra perfeitamente na classificação de agricultura urbana. A

figura 03 mostra uma imagem interna da propriedade, sendo as principais hortaliças produzidas o: alface, couve, manjeriço e hortelã.

Figura 03: Propriedade em que é desenvolvida agricultura no bairro de Capim Macio, Natal/RN



Fonte: SANTOS, 2019.

Vale destacar que com a agregação de tecnologia ao processo produtivo e, conseqüentemente, a exigência de uma maior interatividade com outros setores da economia, passa a haver uma maior aproximação da agricultura com a dinâmica urbana, havendo assim a coexistência dos dois conteúdos no espaço, o rural e o urbano.

Muitos agricultores vivem na cidade, mas possuem um modo de vida predominantemente rural, o que se manifesta inclusive no fator tempo. Há uma mescla do tempo lento da produção, da espera da maturação e da melhor época para plantar, tempo esse que, com a incorporação da técnica, já não é mais tão lento assim. Com o tempo rápido exigido no ato da comercialização, muitos desses agricultores vendem para grandes redes de supermercados e precisam se adaptar ao tempo de suas demandas, tempo esse mais acelerado.

Assim, já não faz mais sentido incorporar o discurso da dicotomia rural/urbano na análise acerca da agricultura no Brasil, a linha fronteira de separação do rural e do urbano não mais existe, pois esses conteúdos coexistem no espaço. É evidente que a agricultura desenvolvida na atualidade, seja ela de características mais modernas marcadas por intensa mecanização, seguindo os ditames

do agronegócio, ou mesmo a agricultura familiar, já não é praticada mais da mesma maneira que no período anterior a década de 1960, já que nesse período a agricultura brasileira passou por intensas mudanças, decorrentes da incorporação de uma maior densidade técnica nessa atividade. Isso porque o surgimento de novas técnicas se uniu à permanência de técnicas antigas, possibilitando a coexistência de ambas. Mas, essa inserção do novo provocou uma intensificação das relações intersetoriais da agricultura.

A ciência aliada à técnica gera uma maior dependência do produtor agrícola pelo consumo de insumos agrícolas, de equipamentos e máquinas que potencializam sua produção. Da mesma forma, os financiamentos para o custeio e para investimentos de capital não são garantidos em mesma proporção pelo Estado para os agentes hegemônicos do agronegócio e os agricultores familiares. Por meio das políticas de crédito o Estado contribui para a intensificação da desigualdade e a submissão dos agricultores familiares àqueles mais capitalizados.

As empresas de comercialização e de serviços presentes na cidade passam a ser indispensáveis para a produção agrícola. Para Santos (1993, p. 56), “a cidade torna-se o *locus da regulação do que se faz no campo*”. Sobre o tipo de agricultura desenvolvida nos municípios de Natal e Parnamirim, percebe-se desde a existência de uma agricultura com traços rurais, até uma agricultura com características mais urbanas. Na Figura 04 há uma propriedade situada em Parnamirim, no bairro de Passagem de Areia, em que o agricultor arrendou dois terrenos e planta produtos de horta (alface, coentro e cebolinha), de onde retira um rendimento médio mensal bruto de dois salários-mínimos e conta com a ajuda do filho e da esposa para comercialização.

Figura 04: Propriedade com hortaliças em Parnamirim/RN



Fonte: SANTOS, 2019.

A comercialização da produção agrícola de algumas propriedades de Parnamirim é realizada parte nas próprias residências dos agricultores que vendem para a população do bairro, e parte para mercadinhos e supermercados. Um fato importante que a pesquisa de campo revelou diz respeito à parte dos prejuízos obtidos em virtude dos produtos agrícolas que não são vendidos nos supermercados e por isso apodrecem. Em vez de o prejuízo ficar para os donos dos supermercados, já que compraram mais produtos do que a procura dos clientes, o prejuízo fica para os agricultores que precisam fornecer no próximo abastecimento a quantidade de produtos que foi estragada sem receber nada em troca, ficando para eles o prejuízo. Os mesmos, apesar de terem um sentimento de injustiça, não veem uma outra estratégia capaz de extinguir a prática exploratória, já que conforme afirmado em entrevista por um agricultor do município de Parnamirim, se ele não se submeter a tal relação existem outros que irão se submeter, não restando a ele outra opção a não ser se sujeitar a tal prática. Se sujeitar a exploração, passa a ser, portanto, uma forma encontrada para permanecer como agricultor.

Na pesquisa de campo desenvolvida no município de Natal notou-se que a maior parte dos estabelecimentos onde é desenvolvida a agricultura e pecuária está na zona norte, sobretudo no bairro de Pajuçara, onde se encontra a comunidade de Gramorezinho (Figura 05) que conta com aproximadamente 120 produtores agrícolas. Essa comunidade está situada nas margens do rio Doce e os agricultores aproveitam das terras úmidas para o cultivo, principalmente de hortaliças, mas também podem ser encontrados nessa localidade plantações de banana, mamão e coco. Os mesmos receberam a certificação, através de um projeto chamado “Amigo Verde” executado em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER-RN), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE-RN), Ministério Público e Petrobrás, que acompanharam os agricultores no processo de transição da produção convencional para a orgânica, garantindo a não utilização de agrotóxicos nas plantações, dando aos agricultores a certificação de orgânicos.

Figura 05: Localização das propriedades com hortaliças em Pajuçara, Natal/RN



Foto: Google Earth Pro, 2019.

No entanto, os agricultores relataram que muitos venderam suas terras e passaram a produzir em outras localidades a fim de continuarem utilizando agrotóxicos. Hoje poucos permanecem participando da associação criada durante o projeto, os relatos demonstram a dificuldade de produzir com novas técnicas, a falta de assistência técnica após a vigência do projeto e os conflitos internos que aparecem no processo organizacional.

Em Gramorezinho as relações de trabalho variam entre agricultores que contratam mão de obra assalariada para ajudar na produção, limpeza e comercialização das hortaliças; outros que contratam mão de obra temporária quando há necessidade; e outros que dividem o trabalho com os membros da família. A comercialização é realizada principalmente em feiras livres, mercadinhos, e para atravessadores. No entanto, aqueles mais capitalizados conseguem realizar entregas em restaurantes, hotéis e redes de supermercados locais.

A Figura 06 apresenta uma propriedade situada no bairro de Pajuçara, onde existem agricultores contratados com carteira de trabalho assinada. Trata-se de uma propriedade com área maior que três hectares e que apresenta um caráter empresarial.

Figura 06: Propriedade situada no bairro de Pajuçara em Natal/RN.



Fonte: SANTOS, 2016.

Dessa maneira, a análise do uso agrícola do território nos municípios de Natal e Parnamirim revela uma diferenciação das práticas agrícolas desenvolvidas nas cidades, onde de um lado há uma agricultura com características definidoras de ruralidades, como modo de vida, relações de trabalho, tamanho do terreno, técnicas utilizadas, e do outro lado há uma agricultura com especificidades urbanas. Sendo que quanto mais elevado é o conteúdo urbano em uma área, maior é a tendência para o desenvolvimento de uma agricultura de características mais urbanas, em detrimento de uma agricultura com características rurais.

Diferenciar esses dois tipos de agricultura é fundamental para potencializar os resultados positivos do planejamento e gestão do território, pois, as especificidades que eles apresentam requerem ações diferenciadas por parte do poder público. Os agentes envolvidos na agricultura urbana, de forma geral, possuem uma maior autonomia e estratégias de comercialização, diminuindo assim a necessidade da figura do atravessador para mediar a entrega do produto do produtor ao estabelecimento que vende o produto ao consumidor final.

A certificação de produto orgânico é uma importante estratégia utilizada por alguns produtores, os quais ao conseguir o selo conseguem agregar valor ao produto e até comercializar em feiras de produtos orgânicos. Além disso, um outro fator que tem facilitado a comercialização é o aumento das vendas por meio de aplicativos como WhatsApp e outras redes sociais, sendo comum os agricultores oferecerem serviços de entrega em domicílio.

Por isso é tão importante discutir essas diferenciações que ocorrem na agricultura dentro de perímetros urbanos, não homogeneizando essas práticas, mas entendendo que há diferenciações.

Até por que nem todo espaço que é classificado como urbano no Brasil, possui densidade desse conteúdo, muitas vezes o que ocorre é que muitos espaços tornam-se urbanos, do ponto de vista normativo, apenas como uma estratégia de reprodução do capital a partir da valorização do preço da terra e por conseguinte um interesse do mercado imobiliário. É inadmissível que um município como Parnamirim não possua secretaria de agricultura, isso dificulta a criação de políticas públicas voltadas pra esse grupo e até mesmo a articulação dos mesmos e desenvolvimento de identidade e noção de pertencimento ao grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura é uma das atividades econômicas mais importantes para o ser humano, pois dela provém a base da alimentação humana, seja de produtos naturais, seja de produtos industrializados, já que grande parte da matéria-prima utilizada na indústria é proveniente da agricultura. No Brasil, essa importância torna-se ainda maior pelo fato de o país ter desde o período colonial o modelo agroexportador como locomotiva de sua economia. Desde o século XX, quando o país adota o ideal modernizador fazendo emergir uma sociedade urbano-industrial no país, com a valorização do urbano e do “moderno”, há um crescente do número de pessoas que saem do campo e migram para as cidades.

Paralelamente a isso, ocorre do ponto de vista normativo, a criação de vários municípios cujas sedes passam a ser consideradas automaticamente cidades, sem possuírem necessariamente a densidade do conteúdo urbano. Mas, o fato é que a população das cidades cresceu, e os perímetros urbanos foram alongados, culminando no englobamento de muitas áreas agrícolas que antes estavam na zona rural e que passam a ser consideradas normativamente como urbanas, sendo classificadas por muitos pesquisadores e por órgão públicos como agricultura urbana, mas que na verdade possui características de ruralidade. Enquanto surge na cidade outra modalidade de agricultura, mais integrada ao sistema urbano e que possui especificidades típicas do mesmo, surgindo em alguns casos, como alternativa para uma maior segurança alimentar.

A distinção entre essas duas modalidades da agricultura é importante principalmente no que se refere à necessidade de criação de políticas de gestão do território e políticas individuais específicas para cada uma delas. Por isso, é latente a necessidade de mais trabalhos que discutam essa diferenciação. Nos municípios de Natal e Parnamirim esses dois tipos de agricultura podem ser

encontradas e estão interligadas, não se trata de uma dicotomia agricultura urbana versus agricultura rural, mas sim uma distinção necessária quanto às especificidades de cada uma delas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, E.A.S. Debate sobre a teoria da renda da terra no contexto agrícola, urbano e atual no Brasil. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 705-728, 2020.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.

LOCATEL, C. D. **Modernização da Agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, 2004.

_____. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 85-102, set. 2013. Disponível em: <<http://http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1176/498>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p. (Documentos / Embrapa Cerrados, 48).

MOUGEOT, L. L. A. Agricultura urbana: concepto y definición. **Revista de Agricultura Urbana**. RUAF, PGU-ALC. n. 1, 2000.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, E. R. G. **O processo de urbanização e o uso agrícola do território na região metropolitana de Natal/RN – 1990 a 2015**. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, E. R. **A GESTÃO DA AGRICULTURA URBANA**. Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/elanf/Downloads/10065-40104-1-PB.pdf>>, acesso em 04 de dezembro de 2017.

Trabalho aceito em: 27/11/2021